



Processo nº	11080.721441/2015-15
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	2301-009.979 – 2ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	6 de outubro de 2022
Recorrente	ANDRE LUIS MARTINS MIOLA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2013

TRIBUTAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. OMISSÃO DE RENDIMENTOS.

Os rendimentos tributáveis recebidos pelo contribuinte devem ser integralmente informados em sua Declaração de Ajuste Anual, cabendo o lançamento da parcela por ele omitida.

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA OFICIAL. DEDUÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.

Na determinação da base de cálculo do imposto de renda devido na Declaração de Ajuste Anual poderão ser deduzidas as contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que devidamente comprovadas através de documentação hábil e idônea.

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA PRIVADA. DEDUÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL. VGBL.

Podem ser deduzidas as contribuições para as entidades de previdência privada e para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi devidamente comprovadas, limitadas a 12% do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual.

Não há previsão legal para a dedução de despesas com prêmios de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência.

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF. COMPENSAÇÃO NA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL.

A compensação de IRRF somente é permitida se os rendimentos correspondentes forem incluídos na base de cálculo do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual e se o contribuinte comprovar a retenção efetuada pela fonte pagadora.

ACÓRDÃO GERADO EM 11/06/2015 - PROCESSO 11080.721441/2015-15

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do Colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário.

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Mônica Renata Mello Ferreira Stoll, Wesley Rocha, Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez (suplente convocada), Fernanda Melo Leal, Mauricio Dalri Timm do Valle, João Mauricio Vital (Presidente). Ausente a conselheira Flávia Lilian Selmer Dias, substituída pela conselheira Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez.

Relatório

Trata-se de Notificação de Lançamento (e-fls. 09/18) lavrada em nome do sujeito passivo acima identificado, decorrente de procedimento de revisão de sua Declaração de Ajuste Anual Retificadora do exercício 2013 (e-fls. 106/113), no qual se apurou: Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica Decorrentes de Ação Trabalhista, Dedução Indevida de Previdência Oficial, Dedução Indevida de Previdência Privada e Fapi, Dedução Indevida de Despesas Médicas e Compensação Indevida de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF .

A Impugnação apresentada (e-fls. 02/06) foi julgada Procedente em Parte pela 1^a Turma da DRJ/REC em decisão assim ementada (e-fls. 173/186):

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA – IRPF

Exercício: 2013

AÇÃO JUDICIAL. RENDIMENTO BRUTO TRIBUTÁVEL.

O rendimento bruto tributável compõe-se do somatório do rendimento líquido percebido e os descontos efetuados em favor da União (imposto de renda retido na fonte e contribuição à previdência oficial), deduzidas as despesas com a ação judicial necessárias ao seu recebimento.

COMPENSAÇÃO INDEVIDA DE IRRF.

A ausência de comprovação do imposto de renda retido na fonte, informado na declaração de ajuste anual, caracteriza compensação indevida passível de lançamento de ofício.

DEDUÇÕES. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VGBL.

As contribuições para planos de seguro de vida com clausula de cobertura por sobrevivência, na modalidade VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre - não são dedutíveis da base de cálculo do Imposto de Renda.

DEDUÇÕES. PREVIDÊNCIA OFICIAL.

Na determinação da base de cálculo do imposto de renda, poderão ser deduzidas as contribuições para a previdência oficial, desde que devidamente comprovadas através de documentação hábil e idônea.

DEDUÇÕES. DESPESAS MÉDICAS.

Na determinação da base de cálculo do imposto de renda, poderão ser deduzidas as despesas médicas, desde que devidamente comprovadas através de documentação hábil e idônea.

Cientificado do acórdão de primeira instância (e-fls. 192), o interessado interpôs Recurso Voluntário (e-fls. 194/202) reiterando os argumentos de sua Impugnação abaixo sintetizados:

- Preliminarmente, alega que o acórdão recorrido se equivocou na análise dos documentos apresentados, pois deixou de observar os termos da conciliação firmada na Justiça do Trabalho. Aduz que a reclamada já efetuou o pagamento das contribuições previdenciárias devidas e que, se o mesmo não ocorreu com o IRRF, este deve ser cobrado da empresa, a qual assumiu expressamente o ônus do seu recolhimento.

- Quanto à omissão de rendimentos, entende que a base de cálculo está em desacordo com o disposto no art. 28, §2º, da Lei nº 10.833/03. Defende que o imposto de renda incide sobre o total da avença, que no caso concreto é de R\$ 1.150.000,00, tendo sido deduzido apenas o montante de honorários advocatícios já reconhecido pelo auditor.

- Assevera que a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias é da fonte pagadora e evoca a Súmula nº 368 do TST. Acrescenta que a reclamada celebrou parcelamento dos valores em questão, conforme demonstram os documentos juntados aos autos.

- Relativamente à previdência privada, reitera seu direito à dedução do valor aplicado, limitado a 12% dos rendimentos recebidos.

- No que tange ao IRRF, ratifica o valor declarado e alega que, no mesmo sentido das contribuições previdenciárias, a responsabilidade pelo recolhimento é da fonte pagadora.

Posteriormente, o recorrente apresentou novas petições com o intuito de juntar aos autos documentos complementares extraídos da Ação Trabalhista em andamento (e-fls. 269, 284/285).

Voto

Conselheira Mônica Renata Ferreira Stoll - Relatora

O Recurso Voluntário é tempestivo, conforme Despacho de Encaminhamento da RFB (e-fls. 264), portanto, dele tomo conhecimento.

O litigio a ser analisado recai sobre a Omissão de Rendimentos Recebidos de Pessoa Jurídica Decorrentes de Ação Trabalhista, a Dedução Indevida de Previdência Oficial, a Dedução Indevida de Previdência Privada e a Compensação Indevida de IRRF .

Impõe-se registrar, inicialmente, que o Colegiado a quo não deixou de observar os termos da conciliação firmada entre as partes na Ação Trabalhista, ao contrário do que alega o interessado. Depreende-se da leitura da decisão recorrida que os documentos acostados aos autos foram devidamente apreciados no julgamento de primeira instância, mas se mostraram

insuficientes para afastar as infrações em exame. Vale lembrar que a autoridade julgadora é livre para formar sua convicção na apreciação de provas, nos termos do art. 29 do Decreto nº 70.235/72.

No que concerne à Omissão de Rendimentos, tendo em vista que o contribuinte apresentou Recurso Voluntário contendo as mesmas alegações de sua Impugnação e que a matéria já foi devidamente enfrentada no julgamento de primeira instância, adoto as razões de decidir do Colegiado a quo abaixo reproduzidas, conforme previsto no art. 57, §3º, Anexo II, do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF (e-fls. 180/182):

9. A autoridade fiscal apurou a infração de omissão de rendimentos recebidos de pessoa jurídica, decorrentes de ação trabalhista, no valor de R\$ 172.500,00. A base de cálculo tributável foi obtida da seguinte maneira:

Valor líquido recebido:	R\$ 1.150.000,00
+ IRRF:	R\$ 172.500,00
(-) Honorários advocatícios:	R\$ 250.000,00
Total:	R\$ 1.072.500,00

10. Alega o impugnante que o total da avença é R\$ 1.150.000,00, sobre o qual deverá incidir o imposto de renda, após a dedução dos honorários advocatícios, consoante abaixo.

Valor total da avença:	R\$ 1.150.000,00
(-) Honorários advocatícios:	R\$ 250.000,00
Total recebido:	R\$ 900.000,00

$$\text{IRRF devido} = (\text{R\$ } 1.150.000,00 \times 27,5\%) - \text{R\$ } 790,58 = \text{R\$ } 315.459,42$$

11. Não tem razão o contribuinte, uma vez que ele recebeu R\$ 1.150.000,00 líquidos, conforme se verifica do acordo homologado judicialmente (fls. 20/24). Assim, o valor tributável apurado pela Fiscalização está correto, uma vez que o imposto retido faz parte da base de cálculo.

12. Para que o contribuinte possa compensar o valor retido, torna-se necessário que ele tenha declarado os rendimentos correspondentes, consoante dispõe a Lei nº 9.250/95.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

[...]

Art. 11. O imposto de renda devido na declaração será calculado mediante utilização da seguinte tabela:

[...]

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

[...]

V - o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

(destaquei)

13. Se o contribuinte recebeu o valor líquido de R\$ 1.150.000,00, é evidente que a base de cálculo tributável não pode ser esse valor. Se houve uma retenção na fonte de R\$ 172.500,00, o valor retido faz parte da base de cálculo, caso contrário não estaríamos falando em retenção e o valor do IRRF seria subtraído em duplicidade.

14. O valor a ser lançado na Declaração de Ajuste Anual do IRPF, rendimento bruto tributável, compõe-se do somatório do rendimento líquido percebido e os descontos efetuados em favor da União – imposto de renda retido na fonte e da contribuição à previdência oficial – subtraído das despesas com a ação judicial necessárias ao seu recebimento, desde que o ônus, comprovadamente, tenha sido do beneficiário da ação. Portanto, está correto o cálculo efetuado pela autoridade fiscal.

15. Desse modo, deve ser mantida a infração de omissão de rendimentos, no valor de R\$ 172.500,00.

Quanto à Dedução Indevida de Previdência Oficial, o Colegiado a quo assim decidiu (e-fls. 182):

17. O impugnante alega que a responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias e fiscais é do empregador e que deve ser acatada a sua dedução.

18. Não há como acolher a pretensão do contribuinte, pois, além de não haver nenhuma comprovação da retenção nem do recolhimento da contribuição previdenciária, observa-se que o valor pleiteado como dedução não fez parte da base de cálculo do imposto.

19. Conforme visto acima, a base tributável foi obtida pela soma do valor líquido recebido com o imposto retido, deduzidos os honorários advocatícios, não constando a contribuição previdenciária. A Fiscalização não considerou a contribuição previdenciária no cálculo da base tributária justamente por falta de comprovação.

Não merece reforma a decisão recorrida. Ainda que a reclamada tenha recolhido ou parcelado as contribuições previdenciárias devidas pelo sujeito passivo, não há nos autos nenhuma evidência de que o montante tenha sido descontado dos rendimentos recebidos na ação trabalhista, ou seja, de que o ônus tenha sido, de fato, do reclamante. O que se analisa é a retenção das contribuições do segurado e não o seu recolhimento, ao contrário do que entende o recorrente.

No que se refere à Dedução Indevida de Previdência Privada, também não há reparos a serem feitos no julgamento de primeira instância. Acompanho as razões de decidir do Colegiado a quo abaixo reproduzidas (e-fls. 183/184):

23. Foi glosado pelo Fisco o valor de R\$ 109.918,37, indevidamente deduzido a título de contribuição à previdência privada, porquanto refere-se a contribuições a planos de previdência na modalidade VGBL.

24. O impugnante sustenta que a lei permite a dedução de até 12% do rendimento recebido, ou seja, R\$ 109.918,37.

25. O art. 8º, II, “e”, da Lei nº 9.250, de 1995, dispõe sobre normas de tributação em relação ao IRPF, disciplinando que podem ser deduzidas as contribuições para a previdência privada arcadas pela contribuinte e destinadas a custear benefícios assemelhados aos da previdência oficial.

[...]

26. Há dois tipos de planos de previdência privada: PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre e VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre. Apenas as contribuições ao PGBL podem ser deduzidas na apuração da base de cálculo do imposto na declaração de ajuste anual até o limite máximo de 12% dos rendimentos brutos anuais tributáveis. Em compensação, quando do resgate ou recebimento dos benefícios de aposentadoria os valores recebidos são tributados integralmente. As contribuições ao VGBL, por sua vez, não são dedutíveis na apuração da base cálculo do imposto na declaração de ajuste anual, porém, quando do seu resgate o imposto cobrado incide somente sobre o rendimento e não sobre o total resgatado ou recebido como aposentadoria.

27. A Instrução Normativa RFB nº 588, de 21/12/2005 assim dispõe sobre o tema:

[...]

§ 3º Os prêmios de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência são indedutíveis para fins de determinação da base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual.

(destaquei)

Com efeito, o VGBL é um plano de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, não tendo caráter previdenciário como o PGBL. Por este motivo, o valor das suas contribuições não pode ser deduzido na Declaração de Ajuste Anual. Esse entendimento ainda prevalece, constando da última publicação do Perguntas e Respostas do Imposto Sobre a Renda da Pessoa Física, divulgada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para o exercício 2022:

179 — Como são tributados os valores pagos pelas entidades de previdência complementar aos participantes de planos de benefícios?

[...]

Tratamento tributário aplicável ao Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), ao Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi) e ao Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, na Declaração de Ajuste Anual:

a) no Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e no Fundo de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), planos de caráter previdenciário, o valor das contribuições são dedutíveis na Declaração de Ajuste Anual, limitado a 12% do rendimento tributável incluído na base de cálculo do imposto sobre a renda na declaração. Quando do pagamento/benefício ou crédito, tributa-se a totalidade do rendimento, sendo adotado o regime de tributação, conforme a opção do contribuinte.
[...]

b) no Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), plano de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência, o valor das contribuições não é dedutível na Declaração de Ajuste Anual. Quando do recebimento, tributa-se a diferença entre o valor recebido e o valor aplicado, sendo adotado o regime de tributação, conforme a opção do contribuinte. [...]

No que tange à Compensação Indevida de IRRF, relevante transcrever os seguintes trechos do acórdão recorrido (e-fls. 185/186):

37. Não cabe razão ao recorrente, porquanto não consta dos autos nenhum comprovante de que a quantia por ele declarada tenha sido retida.

38. Os documentos apresentados não são hábeis a comprovar a retenção no valor de R\$ 315.459,42, mas tão somente de R\$ 172.500,00. Ademais, a diferença de R\$ 142.959,42 não foi incluída na base de cálculo tributável e, conforme já exposto, o contribuinte só pode compensar o valor retido, quando tiver declarado os rendimentos correspondentes, em conformidade com o art. 12, V, da Lei nº 9.250/95.

Correto o entendimento da autoridade julgadora.

Assiste razão ao recorrente quanto à alegação de que a responsabilidade pelo recolhimento do imposto pertence à fonte pagadora. No entanto, de acordo com o art. 87 do RIR 99, para fazer jus à sua dedução, o contribuinte deve demonstrar que o imposto declarado foi efetivamente retido pela fonte pagadora e que corresponde aos rendimentos incluídos na base de cálculo do Ajuste Anual, o que não ocorreu no presente caso. Como bem pontuado pelo Relator a quo, o que se discute nos autos é a retenção do imposto sobre os rendimentos recebidos e não o recolhimento do mesmo, ao contrário do que entende o interessado.

Por todo o exposto, voto por conhecer do Recurso Voluntário e negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Mônica Renata Mello Ferreira Stoll